

Proposta de revisão com Sarney

por Elaine Lerner
de Brasília

O presidente José Sarney recebeu, ontem, a proposta de revisão do Orçamento Geral da União (OGU) e as metas de ajustes fiscais deste ano visando à redução do déficit público para 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Percentual bem inferior à previsão inicial de 7,4% antes de enviá-lo ao Congresso Nacional, o presidente encaminhará o OGU a seus ministros para que cada um defina as prioridades da área e o devolva à Presidência até o próximo dia 17, conforme explicou o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henri-

que de Almeida Santos. O ministro da Secretaria do Planejamento, João Batista de Abreu, que entregou o OGU ao presidente, confirmou que houve um corte de 0,9% sobre o atual, principalmente nas despesas com "outros custeios de capital", ou seja, gastos com a manutenção da máquina administrativa. Isso equivaleria a aproximadamente CZ\$ 650 bilhões de economia no orçamento geral da União, além dos cortes de gastos já efetuados como o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para o funcionalismo público por dois meses e o fechamento das

torneiras de endividamento dos estados e municípios com a Resolução nº 1.469.

A metodologia utilizada pela Secretaria do Planejamento levou em consideração uma inflação anual de 600% — o orçamento em vigor foi feito com base em uma inflação de apenas 120% — para todas as despesas absolutamente incomprimíveis.. O que, sobrou dessa lista de despesas impostergáveis teve uma correção inferior aos 600% e, em vez de fazer esse corte por programas, o redutor de reajustes das despesas será aplicado à dotação de cada ministério, cabendo a cada minis-

tro de Estado distribuir suas verbas como e onde considerar prioritário.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, informou, há poucos dias, que o novo orçamento é feito com "valores reais". Segundo ele, atualmente os ministros trabalham basicamente com verbas suplementares, tornando o orçamento totalmente desacreditado. "Acabou a fase do 'gastando por conta'. Agora cada ministro decide como adequar-se ao orçamento", que terá um indexador mensal visando acabar com os reajustes posteriores.